

Saúde a bala

PAULO CASTELO BRANCO

As denúncias diárias da mídia nacional sobre o caos da assistência à saúde da população brasileira chegaram aos limites de tolerância com a afirmação do diretor de um dos hospitais municipais de Belo Horizonte, que em entrevista à CBN anunciou que cidadãos estão comparecendo à emergência hospitalar armados de revólver, exigindo pronto atendimento aos médicos presentes. Passamos, agora, da assistência ao caso mais urgente para o socorro imediato ao mais forte e armado. Nem em tempo de guerra este absurdo é admissível, e a Cruz Vermelha é a prova de que o respeito ao médico que salva vidas é fundamental para a sobrevivência de todos.

No Rio de Janeiro vários médicos pediram demissão dos seus empregos por serem mal remunerados — e o único que ficou no plantão deixou de atender por falta de condições mínimas de eficiência. Pelo visto, estes fatos se multiplicam por todo o País, deixando as autoridades

desembasacadas e sem conseguir soluções, chegando inclusive, a determinar o fechamento de prontos-socorros. O que restou — e a televisão mostra constantemente — foi, à medida que o problema se agravava, o aumento da contratação de mais empresas de segurança, transformando as entradas dos hospitais públicos em portas de cabaré repletas de “leões de chácara”, prontos a mandar, aos tapas, o cidadão para outro hospital se houver.

A transformação do problema da saúde pública em massacre dos profissionais da área é inusitada e temerária e acabará nos levando à situação que ocorreu com os cursos de Direito, à época da ditadura, quando o Legislativo manietado e o Judiciário violentado em suas prerrogativas desanimaram os jovens estudantes que, iludidos pelos projetos econômicos, acorreram aos cursos de Economia e Administração, relegando o curso de Direito. Em consequência abriu-se caminho para a criação de um sem número

de faculdades de Direito sem condições de ensino que, somente agora, estão com a democracia, formando profissionais efetivamente interessados na aplicação da Justiça. No caso dos médicos, cabe a pergunta: Qual de nós gostaria de ver um filho médico ser tão maltratado?

O que, afinal, mais nos assusta é o fato de o ministro da Saúde, do alto de sua sabedoria e correção, continuar a sua luta na busca de mais recursos que poderão, quem sabe, aumentar o tamanho das fraudes que assolam a sua área, quando todos sabemos que, dentro do próprio sistema, existe o exemplo perfeito de administração hospitalar pública que é o Hospital Sarah Kubitschek, símbolo de atendimento à população, que, quando para lá se dirige, vai armado somente de sua carteira de identidade, ou, se não a tiver, com a sua própria existência, prova irrefutável da cidadania.

■ *Paulo Castelo Branco* é presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-DF